



10 propostas para um novo ciclo de desenvolvimento no Brasil

Para transformar objetivos em compromissos para o próximo ciclo de governo.

Desde 2023, o Brasil retomou a reconstrução de políticas públicas, capacidades estatais e instrumentos de planejamento. Esse esforço produziu resultados relevantes no combate à fome e à pobreza, na redução da taxa de inflação, na geração de trabalho e renda, no crescimento econômico, na proteção ambiental, na retomada do investimento público e na projeção internacional do país.

“Em vez de retornar a uma agenda de restrição do investimento estatal e de enfraquecimento dos serviços e instituições públicas, o país precisa consolidar o processo atual de reconstrução e abrir um novo ciclo de desenvolvimento justo, sustentável e soberano.”

Apesar desses avanços, persistem desafios estruturais: desigualdades profundas, riscos climáticos crescentes, dependências tecnológicas e produtivas e assimetrias na ordem econômica internacional. Em termos concretos, a maior parte dos brasileiros ainda sente que, ao final do dia ou do mês, não sobra tempo nem salário suficientes para ter acesso a um padrão de vida digno.

Em vez de retornar a uma agenda de restrição do investimento estatal e de enfraquecimento dos serviços e instituições públicas, o país precisa consolidar o processo atual de reconstrução e abrir um novo ciclo de desenvolvimento justo, sustentável e soberano, no qual a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida orientem o conjunto da ação governamental.

Isso requer combinar medidas que fortaleçam capacidades tecnológicas e produtivas, gerem empregos mais qualificados e ampliem as oportunidades de aumento de renda, bem como medidas que fortaleçam os serviços essenciais e reduzam, ao mesmo tempo, o custo de vida e as barreiras que limitam o tempo disponível das pessoas.

Esses desafios orientam as Diretrizes para um Projeto de País Justo, Sustentável e Soberano, elaboradas no âmbito da Vida em Conta. A iniciativa reúne cerca de 140 economistas e 70 organizações da sociedade civil em uma articulação independente e de longo prazo voltada a aproximar o debate econômico das condições concretas de vida da população brasileira.

As Diretrizes apontam cinco frentes centrais para o próximo ciclo de desenvolvimento:



Redução das desigualdades



Redução do custo de vida e ampliação do tempo e das condições para uma vida digna



Fortalecimento da soberania tecnológica e da inovação



Diversificação produtiva com geração de empregos de qualidade



Reorientação da tributação e do orçamento público para o bem-estar e o desenvolvimento sustentável

A partir dessas prioridades, apresentamos 10 propostas que podem contribuir para transformar esses objetivos em compromissos para o próximo ciclo de governo.

As 10 propostas



1 Desenvolver um Plano Nacional contra as Desigualdades



2 Fortalecer a mobilidade urbana como direito, por meio de um Fundo Nacional de Mobilidade Urbana e da implementação progressiva da Tarifa Zero



3 Fortalecer e ampliar a Política Nacional de Cuidados



4 Avançar na construção de um sistema tributário mais progressivo e justo



5 Reorientar subsídios, incentivos e gastos públicos para a transformação ecológica, a resiliência climática e o desenvolvimento tecnológico e produtivo



6 Garantir financiamento adequado para saúde e educação e regras fiscais compatíveis com seus pisos constitucionais



7 Assegurar uma regulamentação justa e efetiva da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1



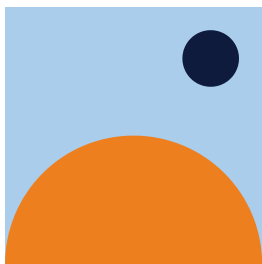
8 Manter reajuste do salário mínimo acima da inflação e reduzir o peso dos custos essenciais sobre a renda das famílias



9 Reduzir o custo do crédito e ampliar o financiamento a famílias e pequenos negócios



10 Avançar em uma política territorial para democratizar o acesso à terra e ao território e fortalecer a agricultura familiar em uma perspectiva agroecológica



1

Desenvolver um Plano Nacional contra as Desigualdades

Instituir uma estratégia nacional permanente para reduzir as desigualdades de renda, riqueza, gênero, raça e território, com prioridades, metas e indicadores que orientem o planejamento, o orçamento, a avaliação das políticas públicas e a coordenação entre diferentes áreas de governo, permitindo acompanhar de forma sistemática seus impactos sobre as desigualdades. O Plano deverá considerar as disparidades regionais, as diferentes realidades territoriais e as capacidades institucionais locais, com atenção especial às regiões e municípios mais vulneráveis, de modo a adaptar políticas e instrumentos às necessidades de cada contexto e ampliar a capacidade de resposta dos governos locais.

No plano internacional, seguir apoiando e liderando esforços para a criação de um painel internacional sobre desigualdade, nos moldes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), capaz de fortalecer a produção científica, sistematizar evidências e orientar a cooperação internacional e a formulação de políticas para a redução das desigualdades dentro e entre os países.



2

Fortalecer a mobilidade urbana como direito, por meio de um Fundo Nacional de Mobilidade Urbana e da implementação progressiva da Tarifa Zero

Criar um Fundo Nacional de Mobilidade Urbana para ampliar e melhorar a qualidade do transporte público, reduzir seu custo sobre a renda das famílias e o tempo gasto nos deslocamentos, e apoiar a transição para sistemas de mobilidade mais acessíveis, integrados e de baixa emissão. O Fundo deverá contribuir para estruturar a implementação progressiva da Tarifa Zero no transporte público coletivo, priorizando a ligação entre periferias e centros urbanos, a integração metropolitana e intermunicipal e a ampliação da oferta e da qualidade dos serviços.

Para assegurar financiamento permanente, progressivo e redistributivo, o Fundo poderá considerar, entre outras fontes, a reformulação do vale-transporte em uma contribuição patronal vinculada à folha salarial.



3

Fortalecer e ampliar a Política Nacional de Cuidados

Fortalecer e ampliar a Política Nacional de Cuidados como estratégia social e econômica para sustentar a vida e o bem-estar. A Política deverá expandir progressivamente a oferta e a qualidade de serviços e equipamentos públicos de cuidado, incluindo creches, cuidotecas, centros-dia e espaços de alimentação, além de avançar na universalização da educação em tempo integral, contribuindo para reduzir a sobrecarga de cuidado sobre as famílias, especialmente as mulheres. Também deverá valorizar e regularizar o trabalho remunerado de cuidado, por meio de melhores condições de formação, qualificação profissional, proteção social e remuneração.



4

Avançar na construção de um sistema tributário mais progressivo e justo

Tornar a tributação direta mais progressiva, ampliando sua incidência sobre os níveis mais elevados de renda, patrimônio e rendimentos do capital, com base no princípio da capacidade contributiva. A agenda deverá combater a evasão e os privilégios fiscais e aumentar a alíquota mínima efetiva no IRPF para os super-ricos, considerando seus impactos sobre arrecadação, progressividade e distribuição. Também deverá revisar regimes tributários especiais, particularmente aqueles associados a setores e atividades com impactos negativos sobre a saúde pública e o meio ambiente. Deverão ainda ser consideradas isenções fiscais voltadas a micro e pequenas empresas, de modo a preservar a simplificação e o apoio aos pequenos negócios sem estimular a pejetização, a fragmentação artificial de empresas ou benefícios regressivos.



5

Reorientar subsídios, incentivos e gastos públicos para a transformação ecológica, a resiliência climática e o desenvolvimento tecnológico e produtivo

Revisar de forma sistemática os subsídios, incentivos fiscais e demais gastos públicos, avaliando seus impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos. A criação, renovação ou manutenção desses instrumentos deverá ser condicionada à adoção de medidas compatíveis com a transição para uma economia de baixo carbono, incluindo a revisão de subsídios e incentivos associados à produção e ao consumo de combustíveis fósseis e outras atividades poluentes.

A agenda também deverá incorporar metas de adaptação e resiliência climática na orientação de transferências, investimentos e programas federais, priorizando financiamento preventivo em áreas urbanas vulneráveis, de modo a reduzir danos, proteger a renda e o patrimônio das famílias e assegurar a continuidade de serviços públicos essenciais diante de eventos extremos.

Ao mesmo tempo, deverá apoiar uma política industrial mais seletiva, voltada à diversificação produtiva, ao desenvolvimento tecnológico e ao fortalecimento de capacidades nacionais em setores estratégicos, com projetos prioritários, metas verificáveis, contrapartidas claras em geração de empregos de qualidade e avaliação de resultados. Esse esforço deverá incluir o desenvolvimento de infraestruturas e soluções digitais públicas para serviços de ampla relevância social, contribuindo para reduzir custos de intermediação, tornar as regras de funcionamento mais claras e assegurar maior proteção a usuários e trabalhadores.

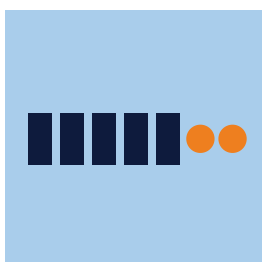
A transparência sobre alocações de recursos públicos deverá ser fortalecida por meio de instrumentos que permitam consultar sua origem, destinação e resultados por área, território e política financiada.



6

Garantir financiamento adequado para saúde e educação e regras fiscais compatíveis com seus pisos constitucionais

Garantir financiamento estável e suficiente para a expansão, a melhoria e a universalização dos serviços públicos de saúde e educação, com regras de política fiscal compatíveis com a preservação dos pisos constitucionais dessas áreas e com a continuidade dos investimentos necessários à qualidade dos serviços e à redução das desigualdades.



7

Assegurar uma regulamentação justa e efetiva da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1

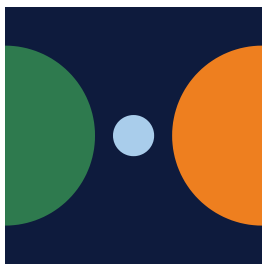
Garantir que a regulamentação e a implementação das novas regras sobre jornada de trabalho e descanso semanal preservem os direitos e os objetivos da reforma, sem redução salarial ou criação de mecanismos que esvaziem seus efeitos. A nova jornada deverá ser acompanhada de medidas que ampliem as condições para que o tempo liberado se traduza efetivamente em descanso, saúde, lazer, convívio e outras dimensões da vida para além do trabalho.



8

Manter reajuste do salário mínimo acima da inflação e reduzir o peso dos custos essenciais sobre a renda das famílias

Manter a política de aumentos reais do salário mínimo, preservando sua função como referência para benefícios previdenciários e sociais, de modo a ampliar a renda das famílias, reduzir desigualdades e proteger o poder de compra da população de menor renda. Esse esforço deverá ser acompanhado de políticas voltadas à redução do peso dos custos essenciais sobre o orçamento familiar, incluindo moradia, energia, mobilidade e outros serviços básicos, de modo a evitar que essas despesas comprometam de forma desproporcional a renda das famílias.



9

Reduzir o custo do crédito e ampliar o financiamento a famílias e pequenos negócios

Fortalecer a atuação dos bancos públicos e outros instrumentos de apoio financeiro para ampliar o acesso a crédito e financiamento em condições mais favoráveis para famílias, trabalhadores autônomos, microempreendedores e pequenos negócios, reduzindo custos, simplificando o acesso e ampliando as condições para investimento e geração de renda.



10

Avançar em uma política territorial para democratizar o acesso à terra e ao território e fortalecer a agricultura familiar em uma perspectiva agroecológica

Promover uma política nacional de desenvolvimento territorial que articule reforma agrária, governança fundiária responsável, combate à grilagem e integração dos cadastros de terras. A agenda deverá fortalecer a agricultura familiar, a agroecologia, a produção sustentável de alimentos e a segurança e soberania alimentar e nutricional, inclusive por meio da diversificação de culturas, da inovação em sementes e processos produtivos e da mitigação dos riscos decorrentes de eventos climáticos extremos. Também deverá desenvolver instrumentos tributários e regulatórios capazes de enfrentar a concentração fundiária e reduzir desigualdades, conflitos e pobreza no campo.

Coloque a vida no centro da conta.

A Vida em Conta reúne cerca de 140 economistas e 70 organizações da sociedade civil em uma articulação independente e de longo prazo voltada a aproximar o debate econômico das condições concretas de vida da população brasileira.

Leia as diretrizes completas:

[Diretrizes para um Projeto de País Justo, Sustentável e Soberano](#)



vidaemcontabrasil.org

